

# "Menu de opção" facilita adesão de bancos aos pacotes de créditos

por Alexander Nicoll  
do Financial Times

Os bancos estão rebatendo os argumentos em favor de um tratamento mais flexível da crise da dívida dos países em desenvolvimento.

Sua rápida resposta a um pacto de financiamento para a Argentina representa uma notável rejeição aos cada vez mais numerosos pedidos para que se perdoe a dívida e também uma repulsa aos que prevêem que a recente onda de provisões para perdas de empréstimos feitas pelos bancos irá impedir que eles se comprometam com novos empréstimos.

Até terça-feira, o novo empréstimo de US\$ 1,95 bilhão e o pacote de reescalonamento de US\$ 30 bilhões da dívida argentina tinham recebido adesões de bancos credores equivalentes a mais de 97% do total. Os pedidos aos 350 bancos credores do país latino foram feitos no final de abril. O financiamento faz parte de um pacote que envolve o Fundo Monetário Internacional (FMI) e credores soberanos.

Alguns bancos italianos e espanhóis estão entre os retardatários, mas as adesões dos bancos norte-americanos, que, segundo se esperava, seriam as mais difíceis de se obter, estão bem acima de sua cota de 90%.

A transação ainda não está concluída e não se chegou ainda à chamada "massa crítica" em que o FMI dá seu aval para a concessão de seu próprio crédito rotativo ("stand by") de US\$ 1,35 bilhão e para empréstimos do Banco Mundial (BIRD) no valor de US\$ 2 bilhões.

Contudo, a resposta até o momento é provavelmente a mais rápida a qualquer pacote feito desde o início da crise, há quase cinco anos. Reconhecidamente, esta resposta foi acelerada por causa das taxas de incentivo às adesões rápidas — o "menu de opções", uma das características inovadoras do pacote. E os bancos tinham interesse em demonstrar uma coisa: eles haviam dito que o aumento de suas provisões não modificaria seu enfoque do problema da dívida.

Poucas pessoas sugerem que pacotes como este resolverão por si mesmos o problema ou fornecerão as transferências de fundos que os países em desenvolvimento necessitam para poderem superar seus problemas da dívida.

## O QUE MUDA

Mas as adesões ao pacote da Argentina sugerem que:

- Um empréstimo bancário a países com políticas econômicas ortodoxas endossados pelo FMI continuará seguindo as linhas traçadas pelo Plano Baker, iniciado pelos Estados Unidos;

- O enfoque revitalizado do "menu de opções", (nos

quais os bancos têm diante de si uma faixa de opções de financiamento) pode fazer parte de uma estratégia prática da dívida, na qual os empréstimos bancários comerciais se orientam mais em direção a objetivos específicos, como o financiamento do comércio, do setor privado e o investimento de capital, do que no sentido de financiar o déficit.

- A estrutura do comitê assessor na qual um pacote é negociado com um país, na base de caso por caso, será reforçada, depois de alguns sinais de dissensão em meses recentes. Em particular, a posição do Citibank, como presidente de cinco dos Comitês Assessores, inclusive o da Argentina, deverá ser reforçada.

William Rhodes, o veterano executivo do Citibank, que preside os comitês, disse na semana passada que a "rápida e positiva resposta por parte dos bancos credores da Argentina é devida em grande parte ao 'menu de opções'. Isso indicou — disse ele — que "o enfoque cooperativo que estamos adotando para tratar a crise da dívida continua funcionando muito bem".

A atual situação representa um progresso notável em relação à situação em princípios do ano, quando um empréstimo de US\$ 7 bilhões ao México enfrentou enormes dificuldades, o Brasil suspendeu os pagamentos de juros sobre empréstimos bancários de US\$ 68 bilhões e os bancos começaram a fazer provisões.

Não apenas o acordo com a Argentina está prestes a ser concluído, mas outros acordos foram feitos com o México, Chile, Venezuela e as Filipinas. O Equador e o Peru continuam problemáticos e a Iugoslávia surgiu ontem com novas dificuldades. (Ver matéria no quadro)

## O CASO DO BRASIL

Mas o centro das atenções no tocante à estratégia da dívida se voltará agora para o Brasil. Se o País puder chegar a um acordo com o FMI, espe-

cialmente para fornecimento de dinheiro do Fundo — o que por si só já seria uma reversão de sua posição anterior — os sinais são de que um pacote de reescalonamento e de dinheiro novo em plena escala, desenvolvendo ainda mais o enfoque do "menu de opções", será viável.

Se isso acontecer — mas deve existir ainda muitos pontos de interrogação — serão grandemente afastadas as preocupações de que a crise da dívida está ficando fora de controle e serão reforçados os argumentos dos bancos de que a estratégia correta continua sendo a que prepare os países devedores para sua volta eventual à capacidade de receber novos créditos e ao acesso a empréstimos voluntários nos mercados de capital.

Os banqueiros acreditam que os programas de perdão da dívida serão de difícil controle, retirarão o incentivo aos países devedores para poder pôr em prática políticas econômicas sadias, dificultarão seu comércio internacional e os deixarão fora dos novos empréstimos.

## PERDÃO DA DÍVIDA

"O perdão da dívida não tem sentido para países

que gostariam de voltar aos mercados de capital", disse Carlos Santistevan, diretor executivo do Libra Bank, um consórcio sediado em Londres que se especializou em questões da América Latina.

Os banqueiros dizem que está agora em curso um processo de diferenciação pelo qual alguns países com problemas a longo prazo, como a Bolívia ou os países mais pobres da África, serão candidatos a programas de ajuda patrocinados oficialmente, enquanto os países maiores, com perspectivas mais risonhas, continuarão mais dentro das linhas atuais.

A atmosfera mais otimista em torno da crise da dívida foi destacada por Martin Feldstein, economista norte-americano, que escreveu na revista *The Economist*: "Estou convencido de que é possível restaurar taxas satisfatórias de crescimento econômico nos principais países latino-americanos — e de uma forma que permitirá aos governos devedores e aos bancos credores continuar trabalhando juntos". Disse que para isso não será necessário o explícito perdão da dívida ou qualquer outra mudança radical no tratamento deste problema.